

Radicalismo nefasto

De tão repetida, a verdade já se tornou lugar-comum: se não investir decididamente em educação, o Brasil ficará à margem da História no mundo altamente competitivo da economia globalizada. No novo cenário que se consolida na virada do século, a seleção natural se fará, basicamente, pelo nível de educação. Infelizmente, os governantes fluminenses têm custado a acordar para essa realidade.

Prova disso é a crise nas escolas públicas estaduais, que se arrasta há anos sem solução à vista. Legado de sucessivos governos míopes, há poucas esperanças de que seja resolvida pelo atual.

Em matéria de ensino público, o Governo Marcello Alencar ainda não manifestou qualquer intenção de começar a reconstruir o que o Governo Brizola acabou de desmontar.

A longa greve que está deixando alunos de Primeiro e de Segundo Graus fora das salas de aula é sinal de que não se avançou um passo sequer. Negando-se a encarar o problema com seriedade e energia, as autoridades estaduais continuam a contribuir, nefastamente, para a receita infalível de atraso.

A revolta dos professores, que poderia ser uma força positiva de mudança, acaba agravando a situação.

Ela conta certamente com a solidariedade popular, pois não há quem não esteja do lado dos professores em sua luta por reconhecimento profissional e por condições dignas de trabalho.

lho.

Num setor onde a dedicação é ingrediente básico, não se pode falar em iniciar uma reforma, ou um programa de aperfeiçoamento, sem que haja uma revisão da política salarial. É óbvio que os salários, historicamente aviltados, têm relação com a má qualidade do que é transmitido nas salas de aula.

Mas os professores, melhor que ninguém, deveriam reconhecer e respeitar um importante limite: por mais adversas que sejam as condições, por mais acalorada que seja a disputa, os alunos não podem ser mais prejudicados do que têm sido. Tudo se justifica em nome da melhoria do ensino. Mas é inadmissível qualquer coisa que resulte em prejuízo para o aluno, razão de ser do sistema.

Foi infeliz o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação ao declarar que as aulas não serão repostas se a secretária de Educação, Ana Galheigo, cumprir a ameaça de cortar o ponto dos professores grevistas.

A declaração só faz sentido como tática de greve; levada à prática, seria desastrosa. Deixar de repor as aulas mostraria, em primeiro lugar, que os professores perderam de vista o objetivo que dá legitimidade a sua luta. Seria também uma dura punição adicional para os 978 mil alunos de Primeiro e Segundo Graus que estão sem aulas em todo o estado por conta da paralisação. Governo estadual e professores devem, portanto, refletir sobre as graves consequências do seu diálogo de surdos.

os alunos não
podem ser mais
prejudicados
do que
têm sido...

OUTRA OPINIÃO

Negociação já

ALCEBÍADES TEIXEIRA

Por que o Rio de Janeiro tem hoje a maior inflação do país, como noticiado pela imprensa? Porque a Assembléia Legislativa aprovou, em dezembro passado, mensagem do governador aumentando as alíquotas do ICMS. Qual foi o argumento utilizado pelo chefe do Executivo para convencer os deputados de uma medida que pune a população? Está escrito na mensagem datada de 27 de dezembro de 1997, as novas alíquotas do imposto, ao produzirem R\$ 837 milhões/ano de arrecadação adicional, cobriam a perda de receita proveniente do Fundef e ainda permitiriam dar o aumento da educação, previsto na mesma mensagem com o valor de R\$ 493 milhões/ano.

Entretanto, os abonos concedidos agora, em meio à greve (R\$ 164,08 ao professor e R\$ 50 ao funcionário da escola), somarão um custo de R\$ 108 milhões/ano apenas. Só podemos concluir que o governador agiu de má-fé. Aumentou o custo de vida, enganou a população, o Legislativo e os profissionais de educação, em especial os aposentados que nada receberão. Aliás, esta é uma exclusão cruel, pois já provamos que existem recursos de sobra para arcar com tal despesa. Não é por acaso que ninguém do Governo vem a público refutar nossos números do ICMS.

A greve é forte graças, em parte, ao Governo que prometeu desde setembro passado — promessa testemunhada por rádios e jornais — um salário de R\$ 600. A greve é longa por incompe-

tência de autoridades que sequer tentaram negociar com a categoria a transformação deste abono em piso salarial, assim como sua extensão para os aposentados, iniciativas que certamente acelerariam o fim da greve.

Recentemente, a secretária de Educação, professora Ana Galheigo, ameaçou pais e responsáveis com a reprovação de seus filhos: foi uma atitude insensível, que aprofunda a intranquilidade e lança mão do terrorismo. Só temos a lamentar. Mas cobraremos da secretária o que será feito com os alunos que terminarão o ano letivo de 1998 sem aulas de química, física, geografia, matemática, não porque existe uma greve, mas porque várias escolas não têm estes professores. A secretária também deve advertir o governador para o fato de que um sério projeto de reposição ficará irremediavelmente inviabilizado, caso ele desconte os dias de greve. Baixos salários são uma coisa, trabalho sem remuneração é outra, que tem por nome escravidão.

Queremos negociar. Sempre quisemos. Mas, após 39 dias de greve, não tivemos um encontro sequer com o governador. Não tivemos uma audiência sequer com a secretária de Educação. Ordem expressa do chefe do Executivo: não negociar jamais, em hipótese alguma.

Menos ameaças, mais gestos de respeito e negociação. É disto que a escola pública precisa. Seus profissionais, alunos e pais, desde já, agradecem.

ALCEBÍADES TEIXEIRA é diretor do Sepe/RJ.

A greve
é forte
graças,
em parte,
ao Governo...